

## **BOLETIM 699**

**Brasília, 7 de dezembro de 2018**



## **CONTRICOM EM DEFESA DA CONDER, DOS TRABALHADORES E DO DESENVOLVIMENTO DO DO ESTADO DA BAHIA**

A *CONTRICOM*, diante das informações recebidas da *FETRACOM-BASE* e do *SINTRACOM-BA*, sobre a decisão do governo estadual de extinguir a *Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)*, expressa sua solidariedade a todos os que lutam pela preservação dessa importante empresa.

Ao contrário do que alega a atual gestão, a *CONDER* é um exemplo de eficiência. Prova disso é sua história de vanguarda na construção de grandes obras

no Estado da Bahia, entre as quais destacam-se a edificação de milhares de moradias sociais, além de policlínicas, hospitais, obras de mobilidade e prevenção de acidentes, urbanização de favelas e praças, entre outras.

Outro falso e equivocado argumento utilizado para sua extinção seriam os excessivos gastos com as aposentadorias, pois seus trabalhadores aposentam-se pelo regime geral da Previdência e não pela seguridade do Estado.

Perguntamos: a quem interessa o fechamento de uma empresa com essas características? Apenas às grandes empreiteiras, cujos custos de produção são, certamente, muito mais elevados que os praticados pela *CONDER*, razão pela qual nos somamos às nossas entidades filiadas na Bahia e aos trabalhadores na defesa de um patrimônio inestimável para o desenvolvimento econômico e social daquele importante Estado.

*Brasília, 6 de dezembro de 2018*

**ALTAMIRO PERDONÁ**  
Presidente da *CONTRICOM*

**MIRALDO VIEIRA**  
Secretário-Geral da *CONTRICOM*



## Centrais convocam atos em defesa do Ministério do Trabalho

Na próxima terça-feira (11), as centrais sindicais Força Sindical, CTB, CGTB, CSB, CUT e NCST farão atos em todo o Brasil em defesa do Ministério do Trabalho, que está sendo extinto pelo futuro governo Bolsonaro e terá suas atribuições distribuídas em três ministérios.

As manifestações ocorrerão em frente às Superintendências do Trabalho, antigas DRTs.

Durante a semana as centrais lançaram um manifesto contra o fim do Ministério do Trabalho que, nos seus 88 anos de existência, “vem cumprindo importante papel na sociedade”. Como diz a nota, “sua função é discutir questões como as políticas necessárias para a criação de empregos e renda, auxílios ao trabalhador, fazer evoluir as relações de trabalho, fiscalizar, promover políticas salariais, de formação e desenvolvimento para os trabalhadores e garantir segurança e saúde no trabalho”.

Em São Paulo, o ato ocorrerá na porta da Superintendência do Trabalho – antiga DRT, na Rua Martins Fontes, 109, a partir das 10h.

## Equipe de Guedes diverge sobre uso de proposta de Temer para idade mínima

A possibilidade de votar a proposta de reforma da Previdência que já tramita no Congresso para estabelecer ao menos uma idade mínima gerou uma crise dentro da equipe de transição. Embora o próprio Jair Bolsonaro tenha sinalizado que pode seguir Michel Temer, técnicos entendem que a saída é uma nova proposta.

Segundo a reportagem do jornal Folha de S. Paulo, “a avaliação no grupo da transição é de que ainda é preciso amadurecer as discussões em torno das três propostas que estão sob análise para então formar um consenso sobre qual será o desenho final da nova reforma. O objetivo é conciliar as medidas com sua aceitação política. Apesar disso, se a equipe detectar que o viável é aprovar a proposta de Temer, esse caminho não está descartado, embora haja resistências.”

A matéria prossegue destacando os bastidores das votações: “a vantagem do texto atual é que ele já passou pelas comissões e está pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, o que agilizaria todo o processo. Uma nova proposta precisaria cumprir esse rito novamente, o que levaria pelo menos seis meses, considerando uma base aliada articulada e empenhada na tramitação.”

Fonte: Brasil247





## **Tarefas para o sindicalismo sobreviver ao novo governo**

*Esdras Gomes\**

*Antes de começar, é importante afirmar uma coisa: independente de qualquer resultado, o movimento sindical vai sobreviver ao Governo Bolsonaro. O sindicalismo surge devido à injustiça social e trabalhista. Como o novo governo não vai conseguir acabar com a exploração, o movimento sindical vai brotar sempre, com novas roupagens e personagens.*

*A nossa luta é evitar que direitos históricos sejam retirados e preservar as entidades da classe trabalhadora. Mais uma vez, calma. Muitos sindicatos sobreviveram a duas ditaduras (Estado Novo e o Golpe de 64) e à terceira revolução tecnológica. Provavelmente vamos sobreviver ao Governo Bolsonaro e à Revolução 4.0. Então vamos à resistência. O sindicato que tiver maior ligação com a base vai sobreviver e reagir aos ataques.*

*Neste sentido, primeiro, a luta mais geral deve ocupar um papel relevante. Cada entidade e presidente já têm que se dispor a disputar um mandato na Câmara Federal, pois, independente da nossa opinião sobre a eficácia histórica ou não do parlamento, é neste lugar que acontece a disputa pelos direitos da classe trabalhadora, além das ruas.*

*Segundo, maior contato com a base todo dia. Visitar as fábricas, lojas, locais de trabalho e trabalhadores avulsos diariamente.*

*Ouvir pra refletir e refletir pra lutar melhor. Para isto tem que ser montada uma estratégia de comunicação de agitação e propaganda do sindicato e da luta.*

*Terceiro, sindicato tem que ser local em que o sócio se sinta feliz. Lembrar do aniversário do associado, organizar as mulheres na sua luta, ser gentil, ouvir o associado, ajudar o próximo, essas são algumas ideias que temos que desenvolver para aumentar o nosso elo de ligação com a base.*

*Quarto, reforçar o DIAP, DIEESE e DIESAT, além de organismos da imprensa alternativa pra fazer o contraponto à ofensiva conservadora. Temos que fazer formação com os trabalhadores, combater esta ignorância que se abateu sobre o Brasil. “Minha entidade não tem condições de ser filiada ao DIESSE, mas eu posso doar R\$ 100,00 por mês. Se dez sindicatos fizerem isso, já serão R\$ 1.000,00”, este tem que ser o pensamento de cada dirigente.*

*Quinto, cultivar alianças! Mesmo que o sindicato não possa se expor em algumas situações, existem movimentos que devem ser apoiados como os estudantes, luta por moradia, dentre outros.*

*Sexto, reforçar o jurídico! Manter uma boa assessoria, alimentar contatos com juízes e militantes do direito é fundamental.*

*Vamos à luta! Pois a vitória é nossa!*

*\*Esdras Gomes é jornalista sindical.*

*Fonte: Portal Vermelho*

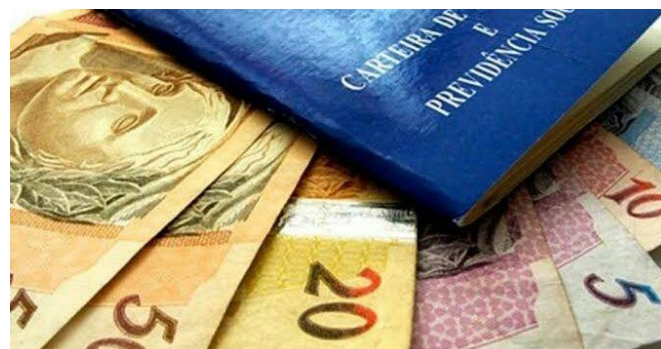
## Fazenda sugere fim do abono salarial e revisão do mínimo

A política de reajuste do salário mínimo deverá ser revista e o abono salarial extinto, para reequilibrar as contas do governo depois da aprovação da reforma da Previdência. As sugestões constam de documento do Ministério da Fazenda com o balanço da atual gestão e recomendações para o próximo governo, disponível na página da pasta na internet.

A pasta também recomenda o controle dos gastos públicos, com a redução de privilégios e incentivos fiscais para setores da economia, revisão dos gastos com o funcionalismo público e direcionamento dos benefícios sociais aos mais pobres para reduzir a desigualdade. Segundo o documento, o salário mínimo, cuja política de reajuste será substituída em 2020, deverá ser compatível com os salários do setor privado e o aperto nas contas públicas.

Desde 2011, o salário mínimo é reajustado com base na inflação dos 12 meses anteriores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de dois anos antes. Caso o resultado do PIB seja negativo, a correção se dá apenas pelo índice de inflação. Essa política vigorará até 2019, sendo substituída no ano seguinte.

Segundo o Ministério da Fazenda, cada R\$ 1 de alta no salário mínimo aumenta os gastos da União em R\$ 304 milhões. A maior parte desses gastos o impacto decorre do reajuste do piso pago pela Previdência Social. A nova política de cálculo do mínimo deverá ser encaminhada pelo futuro governo até 15 de abril, quando será apresentado



o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020.

**Abono salarial** - Em relação ao abono salarial, a Fazenda recomendou a extinção do benefício por entender que não atende à população em extrema pobreza, mas apenas empregados com carteira assinada. Previsto para consumir de R\$ 19,2 bilhões no próximo ano, o abono é pago ao trabalhador que recebe até dois salários mínimos com carteira assinada, desde que tenha trabalhado pelo menos 30 dias no ano-base de apuração e tenha carteira de trabalho há pelo menos cinco anos. O valor varia de R\$ 80, para quem trabalhou apenas por 30 dias, a um salário mínimo (R\$ 954), para quem trabalhou por 12 meses no ano anterior.

Para aumentar a eficiência dos gastos sociais, o Ministério da Fazenda, que será transformado em Ministério da Economia em janeiro, recomendou medidas adicionais, em que também entram a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a idosos e a pessoas com deficiência, a transferência da aposentadoria rural da Previdência para a assistência social e mudanças no regime previdenciário dos militares, com a possível cobrança de contribuição sobre pensões e proventos de militares inativos.

Para a Fazenda, o BPC, que paga um salário mínimo a deficientes e a quem tem mais de 65



anos, é menos eficaz que o Bolsa Família na redução da pobreza e tem alto nível de judicialização (questionado com frequência na Justiça). O Orçamento do próximo ano reserva R\$ 59,2 bilhões para o BPC, que será pago a 4,9 milhões de beneficiários. Enquanto o Bolsa Família, que paga um valor fixo por dependente e é menor que o salário mínimo, destinará R\$ 29,5 bilhões a 13,6 milhões de famílias.

Segundo a Fazenda, o Bolsa Família é o programa mais eficaz para reduzir a pobreza porque 44,3% dos recursos são destinados aos 20% mais pobres da população. A Previdência Social vai na direção inversa: 40,6% dos benefícios pagos vão para os 20% mais ricos, contra somente 3,3% dos recursos para os 20% mais pobres.

## REFORMA NO FGTS

Por fim, a Fazenda propõe uma reforma no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de modo a usar os recursos do fundo para financiar parcialmente o seguro-desemprego e aumentar a rentabilidade das contas, que atualmente pagam 3% mais Taxa Referencial ao ano, mais participação nos lucros. A pasta também sugere a extinção do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), que financia projetos escolhidos pelo governo e foi foco de corrupção nos últimos anos, por entender que a livre alocação de recursos é mais eficiente.

*Fonte: Agência Brasil*



## Trabalhador com carteira tem renda 76% maior que informal

Pesquisa divulgada na quarta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que o Brasil fechou o ano de 2017 com 37,3 milhões de trabalhadores informais. Segundo os dados, o rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro em 2017 foi de R\$ 2.039. Para o empregado com carteira assinada, o salário médio era de R\$ 2.038, enquanto para o sem carteira assinada foi de R\$ 1.158.

Para agravar a situação, esses trabalhadores informais sobrevivem sem nenhuma proteção social, previdenciária, ou os mínimos direitos que restaram aos trabalhadores com carteira assinada depois da reforma Trabalhista de Temer, criada com a promessa de que iria gerar empregos, mas na verdade gerou subemprego e precarização.

*Fonte: Portal HP*



## Vale e sindicatos assinam no TST primeiro acordo coletivo sobre tema alterado pela Reforma Trabalhista

A Vale S.A. e os Sindicatos dos Trabalhadores da Extração do Ferro e Metais Básicos de Marabá (PA) e regiões e dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de Ferro e Metais Básicos de Belo Horizonte (BH) e regiões assinaram na tarde desta quarta-feira (5) acordo coletivo de trabalho (ACT) que teve como base proposta apresentada pelo vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Renato de Lacerda Paiva. O ponto central da negociação foi a cláusula que trata das horas in itinere, ou de deslocamento, relativa ao período 2018-2019.

**Reforma** - As horas in itinere (tempo despendido pelo empregado entre sua residência e a efetiva ocupação do posto de trabalho) foram suprimidas pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e deixaram de ser computadas na jornada de trabalho como tempo à disposição do empregador. O acordo assinado hoje suprime as horas de deslocamento, mas prevê, como contrapartida, um prêmio semestral atrelado à assiduidade, garantido por dois anos, com o compromisso da Vale de renovação por mais dois anos.

**Perdas** - Segundo o representante do sindicato mineiro, as horas in itinere representavam de 9% a 30% do salário dos empregados. "Seria uma perda muito significativa a sua extinção", observou.

*Fonte: TST*

## Disputa para a Presidência da Câmara já tem 8 candidatos

Faltando pouco mais de uma semana para o recesso, a disputa pela presidência da Câmara no já tem oito deputados como candidatos. Alceu Moreira (MDB-RS), João Campos (PRB-GO), Capitão Augusto (PR-SP), lideranças das bancadas ruralista, evangélica e da segurança, respectivamente, além de Giacobbo (PR-PR), Fábio Ramalho (MDB-MG), JHC (PSL-AL) e Delegado Waldir (PSL-GO) gozam da simpatia de Bolsonaro. Rodrigo Maia (DEM-RJ) vai tentar a reeleição.

Segundo a reportagem do jornal O Globo, "aliados do atual presidente da Câmara dizem que os oponentes, por ora, não ameaçam sua vantagem e apostam que não conseguirão aglutinar apoio fora de seus próprios nichos."

A matéria ainda destaca que "a predileção dada ao DEM na formação dos ministérios de Bolsonaro enfraqueceu, na visão de alguns, o favoritismo de Maia. Nas palavras do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), os ministros do DEM causaram 'ciúmes' na Câmara e geraram uma impressão de que o partido foi favorecido pelo governo. Dirigentes da sigla e o próprio Maia negam o desconforto e dizem que vão se manter independentes."

*Fonte: Brasil247*



## Férias pagas parcialmente antes do início motiva pagamento em dobro

A falta do pagamento integral das férias até dois dias antes do início do período gera o direito de o empregado receber em dobro a remuneração correspondente, apesar de tê-las usufruído no período adequado. Com essa compreensão, a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) a remunerar em dobro um eletromecânico.

Na reclamação trabalhista, ele relatou que a empresa pagava antecipadamente apenas o terço constitucional (artigo 7º, inciso XVII, CF), o abono pecuniário dos 10 dias vendidos e o adiantamento de parte das férias. Segundo o empregado, a CAERN, ao realizar o pagamento de forma parcelada, não observou o prazo de dois dias previsto no artigo 145 da CLT. Então, pediu o pagamento em dobro com base no artigo 137 CLT.

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido. Nos termos da sentença, o empregado tem o direito de receber em dobro a parcela não recebida no prazo, pois o acerto de apenas parte da remuneração de férias constituiu atraso passível de punição. No entanto, o TRT da 21ª Região afastou a condenação ao destacar que o empregado optou por aquela forma de remuneração e usufruiu férias dentro do período previsto em lei (art.134 da CLT).

A Primeira Turma restabeleceu a sentença ao julgar recurso de revista do eletromecânico. Segundo os ministros, o pagamento antecipado das férias e do acréscimo de 1/3, tem a finalidade de fornecer recursos para o empregado aproveitar o período de descanso. A decisão foi unânime.

Fonte: TST



## Alimentos da cesta básica estão mais caros em 16 capitais

O preço dos alimentos da cesta básica aumentou em 16 das 18 capitais brasileiras pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As altas mais expressivas foram em Belo Horizonte (7,81%), São Luís (6,44%), Campo Grande (6,05%) e São Paulo (5,68%). Houve queda em Vitória (-2,65%) e Salvador (-0,26%).

A cesta mais cara foi a de São Paulo (R\$ 471,37), seguida pela de Porto Alegre (R\$ 463,09), Rio de Janeiro (R\$ 460,24) e Florianópolis (R\$ 454,87). Os menores valores médios foram observados em Salvador (R\$ 330,17) e Natal (R\$ 332,21).

Com base nesses valores, o Dieese estimou em R\$ 3.959,98 o salário mínimo necessário para a uma família de quatro pessoas no mês de novembro, o equivalente a 4,15 vezes o mínimo atual, de R\$ 954.

Fonte: Agência Brasil

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLDO PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**